



MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
 CNPJ 07.340.605/0001-70
 www.megatransreta.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)				
	Nota	2013	2012	2013
Ativo circulante		59.926	14.502	92.545
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.642	424	4.240
Títulos e valores mobiliários	4	34.573	2.305	34.616
Contas a receber	5	20.434	10.933	48.672
Créditos fiscais	6	679	526	2.572
Despesas antecipadas		372	222	511
Outros créditos		1.226	92	1.934
Ativo não circulante		171.906	44.479	178.658
Provisão para I.R. e C.S.	22	2.526	—	2.526
Partes relacionadas	7	14.028	462	3.090
Outros créditos		830	563	1.019
Investimentos	8	83.202	—	—
Imobilizado	9	68.444	43.129	145.396
Intangível	10	2.876	325	26.627
Total do ativo		231.832	58.981	271.203
Passivo circulante		36.972	19.667	55.570
Fornecedores		1.744	1.919	3.713
Salários e encargos		2.328	1.975	4.784
Empréstimos e financiamentos	11	30.425	11.241	40.702
Obrigações fiscais	12	875	943	3.448
Parcelamento fiscal		1.037	1.313	1.037
Provisão para I.R. e C.S.	22	—	1.510	671
Adiantamento de clientes		172	90	806
Receitas a apropriar	14	347	287	347
Outras contas a pagar		44	389	62
Passivo não circulante		100.783	18.064	121.556
Empréstimos e financiamentos	11	96.027	13.638	103.111
Provisão para contingências	13	2.072	1.985	4.786
I.R. e C.S. diferidos	22	—	—	10.971
Receitas a apropriar	14	2.684	2.441	2.684
Patrimônio líquido		94.077	21.250	94.077
Capital social		1.862	1.235	1.862
Reserva de capital		90.294	19.765	90.294
Reserva de lucros		1.921	250	1.921
Total do passivo e patrimônio líquido		231.832	58.981	271.203

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)				
	Nota	2013	2012	2013
Receita operacional líquida	16	56.316	62.476	121.697
Custo dos serviços prestados	17	(52.008)	(42.709)	(87.154)
Lucro bruto		4.308	19.767	34.543
Despesas (receitas) operacionais				
Vendas	18	(1.696)	(2.335)	(2.780)
Gerais e administrativas	19	(11.724)	(9.669)	(17.719)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	3.543	1.156	4.057
Resultado operacional antes do resultado financeiro e do resultado de equivalência patrimonial		(5.569)	8.919	18.101
Receitas financeiras	21	3.477	217	1.220
Despesas financeiras	21	(8.135)	(5.481)	(14.519)
Resultado de equivalência patrimonial	8	9.865	—	—
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e da CS		(362)	3.655	4.802
I. Renda e contribuição social	22	3.029	(3.925)	(2.135)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.667	(270)	2.667

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)				
	Nota	2013	2012	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.667	(270)	2.667
Outros resultados abrangentes		—	—	—
Resultados abrangentes		2.667	(270)	2.667

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2011	1.000	—	—	2.755	3.755
Aumento de capital (Nota 15)	235	19.765	—	—	20.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	(270)	(270)
Dividendos distribuídos	—	—	—	(2.235)	(2.235)
Constituição de reserva de retenção de lucros	—	—	250	(250)	—
Saldos em 31/12/2012	1.235	19.765	250	—	21.250
Aumento de capital (Nota 15)	236	19.764	—	—	20.000
Emissão de ações para aquisição de controlada (Nota 3)	391	50.765	—	—	51.156
Lucro líquido do exercício	—	—	—	2.667	2.667
Destinação de lucros	—	—	—	—	—
Dividendos distribuídos (Nota 15)	—	—	—	(996)	(996)
Constituição de reserva de retenção de lucros	—	—	1.671	(1.671)	—
Saldos em 31/12/2013	1.862	90.294	1.921	—	94.077

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)				
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(362)	3.655	4.802	4.802
Ajustes	7.709	14.234	33.640	33.640
Depreciação e amortização	13.370	8.203	17.669	17.669
Juros sobre empréstimos	6.046	250	10.503	10.503
Juros com partes relacionadas	(2.366)	—	—	—
Provisão para contingências	105	401	58	58
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.073	1.725	900	900
Apropriação de receita diferida	(292)	—	(292)	—
Resultado de equivalência patrimonial	(9.865)	—	—	—
(Aumento) diminuição nos ativos	(10.574)	(8.314)	(29.979)	(29.979)
Contas a receber	(11.200)	(698)	228	228
Partes relacionadas	(153)	(19)	(1.215)	(1.215)
Créditos fiscais	(1.550)	(2.289)	(2.398)	(2.398)
Outros ativos	—	—	—	—
Aumento (diminuição) nos passivos	(175)	(466)	(3.030)	(3.030)
Fornecedores e contas a pagar	(6.046)	—	(10.503)	(10.503)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	353	(354)	913	913
Salários e encargos	(1.854)	(2.080)	(315)	(315)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(18)	—	(18)	—
Contingências	595	2.728	595	595
Receita a apropriar	—	(2.761)	(674)	(674)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(263)	2.882	(2.391)	(2.391)
Outras obrigações	—	—	—	—
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(23.176)	2.863	(15.147)	(15.147)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(32.268)	(2.305)	(31.671)	(31.671)
Baixa de investimento	—	10	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	(23.157)	—	—	—
Compra de ativo imobilizado	(38.403)	(5.044)	(39.142)	(39.142)
Baixa de ativo imobilizado	1.328	978	1.328	1.328
Compra de ativo intangível	(2.684)	(344)	(2.684)	(2.684)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(95.184)	(6.705)	(72.439)	(72.439)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	20.000	20.000	20.000	20.000
Captações de empréstimos obtidos	138.956	4.550	138.956	138.956
Pagamento de empréstimos	(37.382)	(18.364)	(66.644)	(66.644)
Dividendos distribuídos	(996)	(2.235)	(996)	(996)
Caixa líquido pelas atividades de financiamento	120.578	3.951	91.316	91.316
Aum. líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.218	109	3.730	3.730
Caixa e equiv. de caixa de empresa adquirida	—	—	86	86
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	424	315	424	424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.642	424	4.240	4.240
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.218	109	3.730	3.730

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma). **1. Contexto operacional:** A Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e conjuntamente com a sua controlada ("Mega Energia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 13 de setembro de 2004 e tem sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de franquias e uso de marcas, locação de equipamentos, atacadista de peças e equipamentos relativos à manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de Gás Natural Veicular ("GNV"), bem como, a manutenção e a assistência técnica desses equipamentos; serviços e transporte rodoviário de cargas, locação de caminhões basculantes e outros com motoristas, inclusive, intermunicipal, interestadual e internacional; serviços de carga e descarga; atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural. Em 2012, a Companhia passou por um processo de reorganização societária, que incluiu: (i) a transformação de sociedade limitada em sociedade anônima; e (ii) o aporte de recursos do Hanko Fundo de Investimento em Participações no valor total de R\$20.000. Além disso, importantes práticas de governança foram instituídas, destacando-se a constituição de Conselho de Administração formado por cinco membros, dos quais dois são independentes. Em 9 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu o controle da Transreta Logística e Locação de Guindastes S.A. ("Transreta"), companhia com foco em movimentação horizontal e vertical de cargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro e que tem como objeto social a exploração do ramo de logística e locação de máquinas, equipamentos e transporte rodoviário de cargas em geral, armazém geral, carga e descarga, garagem de veículos próprios, locação de guindastes, transporte rodoviário municipal, aluguel de veículos automotores, transporte rodoviário de cargas intermunicipal e interestadual e posto de abastecimento para uso exclusivo da própria firma. A operação criou um Grupo atuante em quatro segmentos principais de equipamentos: (i) guindastes, (ii) geradores, (iii) compressores de GNV, e (iv) caminhões e máquinas pesadas. Em 19 de setembro a Companhia iniciou a primeira emissão privada de debêntures simples, não convertíveis em ações. O valor total da emissão será de até R\$ 70.000, com emissão de 7.000 debêntures. Em 27 de setembro foram emitidas 4.000 debêntures, totalizando R\$40.000. Em 6 de novembro de 2013, a Companhia emitiu 2.825 novas debêntures, totalizando R\$28.250. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros e dos pagamentos baseados em ações, mensurados pelo valor justo. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (em conjunto denominadas simplesmente "demonstrações financeiras") pela Administração ocorreu em 25 de abril de 2014. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas no item "d" desta Nota. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo: a) Bases de consolidação. As demonstrações financeiras incluem as informações da Companhia de sua controlada integral Transreta Logística e Locação de Guindastes S.A. ("Transreta") adquirida em 2013, razão pela qual a Companhia está apresentando demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelas seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas. • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados. A Transreta tem o mesmo exercício fiscal e possui as mesmas políticas contábeis da Controladora. b) Combinação de negócios. Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação. c) Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar e a pagar de partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data base de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: (i) *Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. (ii) *Investimentos mantidos até o vencimento.* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva. A Companhia não possui investimentos a serem mantidos até o vencimento. (iii) *Empréstimos e recebíveis.* Após reconhe-

cimento inicial, empréstimos e recebíveis sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e ativos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Passivos financeiros.* Os empréstimos e financiamentos estão inicialmente mensurados pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. A apresentação dos ativos e passivos financeiros por categoria encontra-se na Nota 23.a. *Desreconhecimento (baixa).* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • O Grupo transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem releve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros.* O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. *Instrumentos financeiros derivativos.* Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente mensurados a valor justo no encerramento do exercício. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. d) *Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.* *Julgamentos.* A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. *Estimativas e premissas.* As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com preço semelhantes. *Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis.* A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. *Imposto de renda e contribuição social.* O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Provisão para crédito de liquidação duvidosa.* A provisão para crédito de liquidação duvidosa está apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos clientes. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisão para contingências.* A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas

para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão para contingências estão descritos na Nota 13. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. e) *Reconhecimento de receita.* A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também



MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
 CNPJ 07.340.605/0001-70
 www.megatransreta.com.br



10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. **Impostos diferidos.** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **Impostos sobre vendas.** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto sobre Serviços - ISS: 5,00%; Programa de Integração Social - PIS: 1,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,60%. As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber é a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **m) Demonstração dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **n) Novos pronunciamentos.** Não há novos pronunciamentos ou interpretações da CPC vigendo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Combinação de negócios:** Em 9 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a empresa Transreta Logística e Locação de Guindastes S.A. ("Transreta"), mediante a emissão de 391 novas ações ordinárias da Companhia (correspondente a 21% do seu capital social), pelo valor de R\$ 51.156. Deste total R\$391 foram destinados a conta de capital social

e R\$ 50.765 foram destinados a conta de reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela FN 17 Participações Ltda. Assim, a Companhia passou a deter o controle da Transreta com 100% de participação. As alocações efetuadas e o ágio auferido na aquisição são demonstrados como segue: **Na data de aquisição:** Ativos líquidos adquiridos a valor contábil - 21.425; Ajustes a valores justos: Ativo imobilizado - 6.241; Intangível - carteira de clientes - 5.836; Ativo indenizatório - 2.686; Imposto de renda e contribuição social diferido passivo - (4.106); Ativos líquidos a valor justo - 32.082; Contraprestação transferida - 51.156; Ágio gerado na aquisição - 19.074. **Balanco de aquisição da Transreta:** Caixa e equivalentes de caixa - 86; Títulos e valores mobiliários - 641; Contas a receber - 8.662; Impostos a recuperar - 831; Despesas antecipadas - 59; Outros créditos - 301; Imobilizado - 74.313; Intangível - 5; Fornecedores - (4.825); Salários e encargos sociais - (1.896); Empréstimos e financiamentos - (46.627); Obrigações fiscais - (1.034); Outras obrigações - (3.452); Provisão para contingência - (2.761); Impostos diferidos - (2.878); Ativos líquidos adquiridos a valor contábil - 21.425.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	
Caixa e bancos	2.642	424	4.240
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.642	424	4.240
Certificados de depósitos bancários - CDB	34.471	2.203	34.514
Títulos de capitalização	102	102	102
Total de títulos e valores mobiliários	34.573	2.305	34.616

As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários (CDBs) e compromissadas com lastro, emitidos por instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em 84% a 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% em 2012). As aplicações financeiras classificadas em equivalentes de caixa tem vencimentos inferiores a três meses contados da data de contratação, e os montantes classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a títulos com vencimentos superiores a três meses, e são mantidos para negociação.

5. Contas a receber

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	
Serviços faturados	18.235	8.584	46.621
Valores a faturar	6.120	5.197	6.495
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.921)	(2.848)	(4.444)
	20.434	10.933	48.672

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 baseado no percentual de perda histórica com clientes. Em 31 de dezembro, a composição do saldo das principais contas a receber de serviços faturados e a faturar, por idade de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	
Vencimento das contas a receber bruto	15.147	9.548	30.123
A vencer			
Vencido, com atraso de			
01 a 30 dias	933	350	9.244
31 a 60 dias	761	215	2.392
61 a 90 dias	258	208	2.510
91 a 180 dias	1.342	551	2.288
Mais de 180 dias	5.914	2.909	6.561
	24.355	13.781	53.116

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	
Saldo no início do exercício	(2.848)	(3.799)	(2.848)
Constituição de provisão	(1.073)	(1.725)	(1.073)
Baixa de provisões	-	2.676	-
Provisão oriunda de empresa adquirida	-	-	(523)
Saldo no final do exercício	(3.921)	(2.848)	(4.444)

9. Imobilizado:

	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Custo							
Caminhões	19.709	3.477	(2.043)	21.143	17.300	(6.029)	32.414
Geradores de energia elétrica	17.873	-	(195)	17.678	1.940	(218)	19.400
Compressores de GNV	7.430	-	-	7.430	-	(750)	6.680
Equipamentos pesados	13.965	-	-	13.965	12.660	-	26.625
Imobilizações em andamento	138	-	-	138	2.604	-	2.742
Carros	934	-	-	934	136	-	1.070
Peças e acessórios	-	1.006	-	1.006	2.381	-	3.387
Outros	482	561	(47)	996	1.382	-	2.378
Total	60.531	5.044	(2.285)	63.290	38.403	(6.997)	94.696
Depreciação							
Caminhões	(4.756)	(4.015)	1.273	(7.498)	(7.088)	5.133	(9.453)
Geradores de energia elétrica	(3.295)	(1.437)	34	(4.698)	(10)	80	(5.528)
Compressores de GNV	(3.463)	(735)	-	(4.218)	(742)	456	(4.504)
Equipamentos pesados	(1.593)	(1.733)	-	(3.328)	(2.470)	-	(5.798)
Carros	(121)	(164)	-	(285)	(205)	-	(490)
Outros	(54)	(80)	-	(134)	(345)	-	(479)
Total	(13.284)	(8.184)	1.307	(20.161)	(11.760)	5.669	(26.252)
Imobilizado	47.247	(3.140)	(978)	43.129	26.243	(1.328)	68.444

Depreciação - Taxas anuais de depreciação (%). Caminhões - 15% a 20%. Geradores de energia elétrica - 5% a 8%. Compressores de GNV - 10%. Equipamentos Pesados - 5% a 20%. Carros - 15% a 20%. Outros - 10% a 20%. A Administração não identificou indicadores de impairment nos ativos imobilizados. Durante o exercício de 2013 a Companhia efetuou venda de ativo imobilizado no montante de R\$ 6.997, que gerou um ganho no resultado de R\$2.902. Essa operação faz parte da política de renovação da frota de equipamentos da Companhia.

10. Intangível

	Controladora	Consolidado	
	2013	2012	
Custo e amortização acumulada			
Software	-	345	345
Amortização acumulada (taxa de amortização - 20% ao ano)	-	(20)	(20)
Total	-	325	325
Adições decorrente de combinação de negócio			
2012	345	2.682	8
2013	-	-	5.836
2014	-	-	19.074
2015	-	-	24.918
2016	-	-	27.945
2017	-	-	23.751
2018	-	-	26.627

Testes do ágio para verificação de impairment. O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos não consideraram taxa de crescimento, pois foram baseados em um modelo de projeção real. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. A taxa de desconto antes do imposto de 13,5% foi a principal premissa utilizada nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013. A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete os riscos específicos em relação ao setor. A Administração realizou análise de impairment do ágio no exercício findos em 31 de dezembro de 2013, através de comparações de seus saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados, e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão para perdas. **11. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Prazo médio (meses)	Controladora	Consolidado
			2013	2012
Capital de giro	15,9% a.a. ou CDI + 3,2% a.a.	59	19.764	3.927
CDI	11,7% a.a.	18	6.849	3.586
Consórcio	0,2% a.a.	32	3.883	5.504
Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	60	66.331	-
Finame	4,5% a.a.	58	17.708	11.809
Leasing	17,1% a.a. e/ ou CDI + 5,7%	56	11.917	-
Outros	-	-	-	53
			126.452	24.879
Passivo circulante			30.425	11.241
Passivo não circulante			96.027	13.638
Total			126.452	24.879

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
2014	-	6.949
2015	23.495	3.764
2016	27.759	2.278
2017	26.645	697
2018	18.128	18.021
Total	96.027	13.638

Compromissos financeiros e não financeiros: Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimo, financiamentos e arrendamento excetuadas condições padrões de mercado relativas a vencimentos antecipado. **Objetivos:** Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia possui seus ativos fixos, garantidos dos contratos de arrendamento e finame, cujo saldo registrado no imobilizado corresponde a R\$74.951 em 31 de dezembro de 2013, dados como garantia dos contratos vigentes. **Debêntures:** Em 02 de outubro de 2013 a Companhia emitiu debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública. As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais: índice de alavancagem, medido pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA e o índice de cobertura

Custo

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Caminhões	21.143	17.300	(6.029)	32.414
Geradores de energia elétrica	17.678	1.940	(218)	19.400
Compressores de GNV	7.430	-	(750)	6.680
Equipamentos Pesados	13.965	12.660	-	26.625
Imobilizações em andamento	138	2.604	-	2.742
Carros	934	136	-	1.070
Peças e acessórios	1.006	2.381	-	3.387
Outros	996	1.382	-	2.378
Total	63.290	39.411	(6.997)	94.696

medido pela relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a controladora e sua controlada atingiram todos os índices requeridos contratualmente. Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures: 2013 - 2015 - 12.327; 2016 - 19.500; 2017 - 19.500; 2018 - 15.004; 66.331.

12. Obrigações fiscais:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Federais		
IRRF	254	-
PIS	40	130
COFINS	199	601
Outros	28	101
Estaduais	76	3
ICMS	-	64
Outros	-	-
Municipais		
ISS	278	13
IPU	-	2
Total	875	943

13. Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as contingências cujos processo são considerados de perda provável são como se segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Provisão para contingências		
Cível	150	150
Trabalhistas	1.922	1.835
Total	2.072	1.985
Depósitos judiciais		
Total	489	169

Adicionalmente, a Companhia possui processos cuja possibilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Cível	104	104
Trabalhistas	535	781
Total	639	955
Controladora		
2013	1.985	1.585
2012	345	400
Consolidado		
2013	2.072	1.985
2012	2.761	4.786

14. Receitas a apropriar: Em 04 de julho de 2012 a Mega Energia assinou com a empresa Piranga Produtos de Petróleo S.A. ("Piranga") um instrumento de cessão onerosa dos direitos que possuía com 8 postos de gasolina (denominados em conjunto como "Postos") para utilização da sua marca, de modo a possibilitar que a Piranga forneça seus produtos com exclusividade aos mesmos, pelo período de 10 (dez) anos a contar da assinatura dos respectivos contratos a serem firmados entre a Piranga e os Postos. Pela cessão de direitos a Mega Energia recebeu o valor de R\$3.360. Os termos deste instrumento estabelece que a Mega Energia restitua proporcionalmente os valores pagos pela Piranga caso não sejam cumpridas pelos Postos quaisquer das premissas previstas no referido instrumento. Dessa forma, a receita está sendo reconhecida linearmente no resultado, na linha de venda de direitos, de acordo com o prazo contratual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi firmado mais um contrato com a Piranga, no valor de R\$595, e foi apropriada receita de R\$292 (R\$168 em 2012). **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em assembleia realizada no dia 14 de setembro de 2012 os sócios aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$235, passando o capital social de R\$1.000 para R\$1.235, mediante a emissão de 235 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representando 19,03% do capital social total e votante da Companhia, ao preço de emissão de R\$85 por ação, sendo portanto a subscrição pelo valor total de R\$20.000. Deste total R\$235 foram destinados a conta de capital social e R\$19.765 foram destinados a conta de reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Hankoe Fundo de Investimento em Participações. Em 09 de janeiro de 2013 houve nova aprovação de aumento de capital social no montante de R\$236, passando o capital social de R\$1.235 para R\$1.471, mediante a emissão de 236 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representando 16,02% do capital social total e votante da Companhia, ao preço de emissão de R\$1 por ação, sendo a subscrição pelo valor total de R\$20.000. Deste total R\$236 foram destinados a conta de capital social e R\$19.764 foram destinados a conta de reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Hankoe Fundo de Investimento em Participações. Em 31 de dezembro de 2013 o capital social é de R\$1.862, dividido em mil ações ordinárias, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído:

Acionista	Ações ordinárias	Porcentual do capital
Hankoe Fundo de Investimentos em Participações	471	25,28%
GN da Barra Empreendimentos e Participações	993	53,34%
FN 17 Participações Ltda,	397	21,38%
Outros	7	0,38%
Total	1.862	100,00%

Destinações do lucro: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, art. 182). Como em 2013 a reserva legal somada a reserva de capital

6. Créditos fiscais

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Imposto de renda	118	63
Contribuição social	20	7
INSS	180	404
COFINS	220	18
PIS	106	4
ICMS	35	30
Total	679	526

7. Partes relacionadas

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
Debêntures - Transreta (a)	13.266	-
Mútuo - Steel Mineração (b)	166	462
Notas de débito - Transreta (c)	358	-
Contas a receber de acionistas	238	-
Ativo indenizatório (d)	-	2.586



MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
 CNPJ 07.340.605/0001-70
 www.megatransreta.com.br



22. Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Conso-
	2013	2012	olidado
Diferidos ativos			2013
Imposto de renda	1.857	-	1.857
Contribuição social	669	-	669
	2.526		2.526
Diferidos passivos			
Imposto de renda	-	-	8.067
Contribuição social	-	-	2.904
			10.971
Resultado			
Imposto de renda corrente	-	(1.147)	(484)
Contribuição social corrente	-	(2.778)	(190)
Imposto de renda diferido	2.227	-	(1.074)
Contribuição social diferido	802	-	(388)
	3.029	(3.925)	(2.135)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2013	2013
	(362)	4.802
Alíquota nominal	34%	34%
	123	(1.632)

	Controladora	Consolidado
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil		
Receitas não tributáveis	98	98
Despesas indedutíveis	(546)	(634)
Resultado de equivalência patrimonial	3.354	-
Outros	-	33
(Despesa) de imposto de renda e contribuição social	-	(2.135)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	3.029	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(674)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.029	(1.461)
Alíquota efetiva	-	44%

Em 2012, a Companhia apurou seus tributos pelo regime de lucro presumido. A composição dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.628	2.961
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	365	541
Provisão para contingências	-	313
	2.993	3.815
Operações de leasing	(467)	(5.049)
Mais valia de ativos da combinação de negócios	-	(3.603)
Depreciação	(467)	(12.260)
	2.526	(8.445)
Total dos impostos diferidos	2.526	2.526
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	-	(10.971)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	-	(10.971)

No exercício de 2013, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa, baseada nas suas projeções de lucros tributáveis futuras, nas quais está previsto que tais créditos serão assim recuperados: **Ano: Lucros tributáveis futuros**; 2014: 1.492; 2015: 596; 2016: 753; 2017: 1.964; 2018: 3.903; Total: 8.708. **Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido**: Até o exercício de 2012 a controladora apurava sua despesa com imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social esta demonstrada abaixo: **31/12/2012**; Corrente: Contribuição social: (1.147); Imposto de renda: (2.778); Total: (3.925).

	31/12/2012	
	I.R	C.S.
Receitas com serviço de transporte de cargas e revenda de mercadorias	45.098	45.098
Percentual de presunção	8%	12%
Lucro estimado	3.608	5.412
Receitas com locação, manutenção de equipamentos e royalties	21.095	21.095
Percentual de presunção	32%	32%

Lucro estimado
 Outras receitas
 Total lucro estimado
 Aliquota
 Adicional
 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2012	I.R	C.S.
Lucro estimado	6.750	6.750	
Outras receitas	581	581	
Total lucro estimado	10.939	12.743	
Aliquota	15%	9%	
Adicional	1.641	1.147	
Imposto de renda e contribuição social	1.137	-	
	2.778	1.147	

Medida Provisória nº 627: Em 17 de setembro de 2013, as autoridades fiscais publicaram a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pes-

Ativos financeiros	31/12/2013		31/12/2012	
	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado (*)	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado (*)
Caixa e equivalentes de caixa	2.642	-	424	-
Títulos e valores mobiliários	-	34.573	-	2.305
Contas a receber	20.434	-	10.933	-
	23.076	34.573	11.357	2.305

Ativos financeiros	Consolidado 2013		
	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado (*)	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.240	-	4.240
Títulos e valores mobiliários	-	34.616	34.616
Contas a receber	48.672	-	48.672
Contas a rec. c/partes relacion.	3.090	-	3.090
	56.002	34.616	90.618

(*) Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. As aplicações financeiras contabilizadas a valor justo por meio do resultado são mensuradas pelo Nível 2. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Fornecedores	1.744	1.919	3.713
Empréstimos e financiamentos	126.452	24.879	143.817
Salários, provisões e encargos sociais	2.328	1.975	4.784
	130.524	28.773	152.314

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado. **23.2. Gestão de risco**: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas. As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas podem ser resumidos como segue: **Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial. **Risco de taxa de juros**: Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia

soa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido. As companhias têm a opção de adotar a MP 627 em 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. Com base no texto vigente a Companhia estima que a MP 627 não gere efeitos contábeis relevantes nas suas demonstrações financeiras. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014. **23. Instrumentos financeiros e gestão do risco financeiro**: **23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**: A classificação dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	Controladora		31/12/2012	
	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado (*)	Empréstimos e recebíveis	A valor justo por meio do resultado (*)
Caixa e equivalentes de caixa	2.642	-	424	-
Títulos e valores mobiliários	-	34.573	-	2.305
Contas a receber	20.434	-	10.933	-
	23.076	34.573	11.357	2.305

ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. **Risco de taxa de câmbio**: O risco da taxa de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional) e a empréstimos vinculados a variação do dólar norte-americano. **Risco de crédito**: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. **Contas a receber**: A política de vendas de serviços da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas de serviços por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5). **Depósitos em bancos e instituições financeiras**: Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. **Risco de liquidez**: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. Adicionalmente, a Administração entende que em eventual necessidade, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção das atividades da Companhia. **24. Cobertura de seguros**: As apólices de seguros em vigor em 31 de dezembro de 2013 destinam-se à cobertura de: (1) riscos de incêndio, raio, explosão e danos elétricos às instalações físicas; e (2) responsabilidade civil. Os seguros são contratados em montante julgado suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos existentes e são assim demonstradas: **Riscos cobertos: Montante da cobertura - Em milhares de Reais**; Riscos diversos: **10.000**; Danos elétricos: **2.000**; Perda no pagamento de aluguel: **500**; Responsabilidade civil: **1.000**; Roubo ou furto: **2.000**. **25. Eventos subsequentes**: Em 14 de abril de 2014 a Companhia concluiu a sua primeira emissão privada de debêntures simples, com emissão das 175 debêntures remanescentes, totalizando R\$ 1.762, com vencimento em 2018, corrigido pelo CDI e juros de 4,5% ao ano.

João Carlos Rosas
Diretor Presidente

Márcio Augusto Pitta Machado
Diretor Financeiro

Claudia Wickert Vieira
Contadora - CRC RJ 091155/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras**: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ	Mauro Moreira Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2	Renata S. Santos Contadora CRC-1RJ 091682/O-8.
--	--	--

